



PROJETO DE LEI N° ____ / 2023

**DISPÕE SOBRE AS REGRAS APLICÁVEIS
AO AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO CONCEDIDO
NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES, E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Art. 1º. A concessão do auxílio-alimentação regulado por esta Lei destina-se a todos os agentes políticos, servidores e estagiários, denominados Beneficiários para os fins dessa Lei, todos agentes em atuação no âmbito do Poder Legislativo da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim-ES.

Art. 2º. O auxílio-alimentação concedido não tem natureza salarial, não podendo ser:

I - incorporado ao vencimento, remuneração, provento, pensão, subsídios ou vantagens para quaisquer efeitos;

II - caracterizado como salário utilidade ou prestação *In Natura*;

III - configurado como rendimento tributável e nem sofrerá incidência de contribuição para a seguridade social; e

IV - incluído no cálculo do teto remuneratório.

Art. 3º. Ressalvadas as hipóteses do artigo 5º desta Lei, têm direito ao auxílio-alimentação todos os agentes públicos referidos no artigo 1º desta Lei.

§1º. O benefício destina-se à complementação alimentar e será pago por meio de crédito do valor do auxílio-alimentação em

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”





cartão eletrônico fornecido por empresa contratada para este fim.

§2º. O crédito do benefício será no valor mensal fixado nesta Lei, descontando-se o valor correspondente aos dias em que ausentar-se injustificadamente ao trabalho.

§3º. Para os fins de recebimento do presente benefício, os respectivos beneficiários comprovarão sua presença na forma da Portaria própria que trata do controle de frequência da Câmara Municipal;

§4º. O pagamento do auxílio-alimentação é devido a partir da data inicial do exercício no cargo independente de solicitação.

§5º. Para renúncia ao recebimento do auxílio-alimentação, o Beneficiário deverá requerer junto ao departamento de recursos humanos.

Art. 4º. O valor do auxílio-alimentação no âmbito da Câmara Municipal será de R\$ 1.203,00 (Um mil, duzentos e três reais).

§1º. O valor do auxílio-alimentação aos estagiários será no equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor expresso no *caput*.

§2º. O valor do auxílio-alimentação será reajustado anualmente, por Portaria da Presidência apresentada todo mês de janeiro de cada ano, de acordo com a variação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo / IBGE), acumulada nos doze meses do último exercício (Janeiro a dezembro) anteriores ao reajuste. O primeiro reajuste na forma deste dispositivo ocorrerá em janeiro de 2025.

§3º. Havendo disponibilidade financeira e orçamentária, poderá a Presidência, a seu critério e por portaria, conceder

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”





parcela extra do vale-alimentação exclusivamente no mês de dezembro.

Art. 5º. O auxílio-alimentação não será concedido nas seguintes hipóteses:

- I - licença por motivo de doença em pessoa da família;
- II - licença para serviço militar obrigatório;
- III - licença para trato de interesses particulares;
- IV - licença por motivo de afastamento do cônjuge, servidor civil ou militar;
- V - licença para campanha eleitoral;
- VI - licença/afastamento para desempenho de cargo de Secretário do Poder Executivo;
- VII - licença para exercício de mandato em cargo de direção em Sindicato ou Associação de classe representante de servidores públicos municipal;
- VIII - afastamentos preventivos ou decorrente de aplicação de penalidades em sindicância, processos disciplinares/ética, comissões processantes;
- IX - ausência ao trabalho por força de prisão cautelar, provisória ou por cumprimento de pena condenatória.

Parágrafo Único. O Beneficiário perderá o direito ao auxílio-alimentação a contar do dia subsequente àquele da concessão da aposentadoria ou quando cessado o vínculo funcional com a Câmara Municipal.

Art. 6º. Nos casos de cessão de servidor é vedado o recebimento do benefício desta Lei cumulativamente com auxílio-alimentação de outro órgão, caso em que o servidor poderá fazer

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”





a opção pelo auxílio-alimentação prestado por esta Casa, mediante requerimento contendo declaração daquele órgão cedente de que houve a interrupção do fornecimento do benefício, ou declaração daquele órgão para onde foi cedido de que não receberá o mesmo benefício em seu âmbito.

Art. 7º. As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão à conta de dotações orçamentárias próprias consignadas à Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim-ES.

Art. 8º. Os casos omissos serão encaminhados à Presidência da Câmara Municipal para a devida análise e decisão, observando-se as conveniências e os interesses da administração.

Art. 9º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2024, revogadas as disposições em contrário.

Cachoeiro de Itapemirim-ES, 15 de dezembro de 2023

BRÁS ZAGOTTO
Presidente

EVANDRO MIRANDA
Vice-Presidente

MARCELO FÁVERO
1º Secretário

DIOGO LUBE
2º Secretário

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”





JUSTIFICATIVA

Trata-se de Projeto de Lei que dispõe sobre as regras aplicáveis ao auxílio-alimentação concedido no âmbito da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim-ES.

Ressalta-se que referida normatização é necessária haja vista que a Administração deve sempre buscar o aperfeiçoamento de suas normas e rotinas, especialmente no que tange à saúde de seus agentes, em consonância, no caso, com o PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador do Ministério do Trabalho e Emprego.

Por fim, destaca-se que o presente Projeto está adequado orçamentária e financeiramente à lei orçamentária anual (LOA), sendo compatível com o plano plurianual e com a Lei de diretrizes orçamentárias, estando de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº101/2000) e com a Jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo/ES - TCEES.

Cachoeiro de Itapemirim-ES, 15 de dezembro de 2023

BRÁS ZAGOTTO
Presidente

EVANDRO MIRANDA
Vice-Presidente

MARCELO FÁVERO
1º Secretário

DIOGO LUBE
2º Secretário

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”





**Câmara
Municipal**
de Cachoeiro de Itapemirim

Praça Jerônimo Monteiro, 70, Centro
Cachoeiro de Itapemirim/ES
CEP: 29300-170
Contato: +55 28 3526-5622 / 3526-5610
e-mail: presidenciacmci@cachoeirodeitapemirim.es.leg.br

**IMPACTO FINANCEIRO
VALOR DO REPASSE 2024 – R\$ 27.550.000,00**

AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO / REAJUSTE

AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO (33904600)

Auxílio alimentação mensal	R\$ 32.414,46
Auxílio alimentação anual	R\$ 388.973,52
REAJUSTE 7,7%	
Auxílio alimentação total mensal	R\$ 23.301,61
Auxílio alimentação total anual	R\$ 279.619,28
IMPACTO TOTAL ANUAL	R\$ 668.592,80

IMPACTO TOTAL ANUAL

EXERCÍCIO 2024	R\$ 668.592,80
EXERCÍCIO 2025	R\$ 668.592,80
EXERCÍCIO 2026	R\$ 668.592,80

RAFAEL MACEDO
BATISTA:12113130777

Assinado digitalmente
por RAFAEL MACEDO
BATISTA:12113130777
Data: 2023.12.18
13:27:13 -0200

**RAFAEL MACEDO BATISTA
DIRETOR CONTÁBIL**

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”

Portal da Câmara
www.cachoeirodeitapemirim.es.leg.br



Autenticar documento em <https://cachoeiro.nopapercloud.com.br/autenticidade>
com o identificador 3100390035003900380035003A005000, Documento assinado
digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves
Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo Legislativo
<http://nopapercloud.cachoeirodeitapemirim.es.leg.br>

Transparência
www.transparencia.cachoeirodeitapemirim.es.leg.br/





DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que o montante previsto para adequação da Regulamentação do Auxílio Alimentação no âmbito da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim/ES, por este projeto de lei, tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias, nos termos do Art. 16, II, da lei de Responsabilidade Fiscal 101/2000.

Cachoeiro de Itapemirim - ES, 18 de dezembro de 2023.

Assinado digitalmente
por BRAS
ZAGOTTO:07618803722
Data: 2023.12.18
13:27:48 -0200

BRAS
ZAGOTTO:07618803722

BRÁS ZAGOTTO
Presidente

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”

